

Editorial

É destas dores que trata este livro. É desta triste história que nos falam estas páginas marcadas de sangue e dor.

Paulo Evaristo Arns

Arquivos para quê?

O arquivista francês Bruno Delmas publicou instigante livro com esse título, onde ele cita fato ocorrido em 1976, quando a Secretária de Estado da Cultura da França reuniu seus diretores para apresentações rotineiras e indaga ao diretor geral do Arquivo da França: “Senhor diretor geral, arquivos servem para quê?”.

O livro de Delmas, aqui recomendado à leitura, é todo ele uma resposta contundente e convincente à questão levantada no título deste editorial. Não obstante, a inexistência e invisibilidade dos arquivos é fato ainda muito longe de ser superado, o que nos força a nunca parar de elaborar respostas, em todo tempo, em todo lugar.

Este número 2 da Revista do Arquivo vem aumentar o repertório de respostas à questão “arquivos para quê?”. E a resposta se inicia com outra questão: o que seria das comissões da verdade sem os arquivos? Sim, porque a disputa pela verdade, justiça e reparação no Brasil ganhou novo capítulo com a instalação da Comissão Nacional da Verdade em maio de 2012 e a publicação de vários relatórios conclusivos (mas provisórios) entre 2014 e 2015. Durante esse período, vários arquivos no Brasil foram (re)visitados por um novo perfil de pesquisadores, muitos dos quais nunca haviam experimentado a pesquisa numa instituição de custódia.

O arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que compõe o acervo do APESP, foi consultado como nunca. O movimento de pesquisa nele triplicou em decorrência da instalação das Comissões da Verdade. Essa demanda não ocorreu apenas no arquivo do DEOPS, mas também no de processos administrativos da esfera estadual, no de livros do Instituto Médico Legal e no de jornais.

Nos dois últimos anos, o Arquivo Público do Estado de São Paulo se notabilizou pela recepção e atendimento especial a operários, estudantes, professores e trabalhadores em geral que buscaram documentos, seja respondendo a demandas das comissões, seja para atender aos casos específicos de cidadãos que foram vítimas do Estado no período de ditadura militar.

Aliás, essa ditadura que está sempre a gerar debates controversos e que não podem ser considerados ultrapassados, pois se trata de um passado que teima em não passar. Lamentavelmente, a ditadura não é assunto encerrado.

Além do mais, arquivo não guarda apenas “documentos do passado”. O arquivo do DEOPS, por exemplo, guarda documentos que os arquivistas chamam de correntes, pois esses documentos ainda mantêm a sua função primária, que é a função de prova. Portanto, documentos do passado podem ser “históricos” e correntes, a um só tempo.

Por esse motivo, os editores da Revista do Arquivo optaram por dedicar a sua primeira publicação de 2016 ao tema dos arquivos na busca pela revelação da verdade. Não poderia ser diferente, afinal, este mesmo Arquivo teve seu papel reconhecido como protagonista, há 22 anos, quando recolheu e abriu o arquivo do DEOPS para toda sociedade, demonstrando gesto pioneiro, de coragem e compromisso com a nossa democracia.

A pequena equipe de Editoria do APESP realizou enorme esforço para produzir uma revista de qualidade, prezando pelo aprofundamento em torno dos sensíveis temas abordados. Agradecemos à inestimável colaboração dos profissionais do Arquivo, mas, principalmente àqueles que nos ajudaram a produzir esta revista com seus artigos e entrevistas.

Marcelo Antônio Chaves

Apresentação

As seções desta edição

A Revista do Arquivo nº 2 mantém-se com as mesmas seções da anterior, com sete **artigos** aprovados pela comissão editorial. O texto de **Pádua Fernandes** e também o de **Schinke & Castro**, com abordagens diferentes, realizam análises críticas sobre a atuação do Poder Judiciário durante o período militar. **Martins & Ishaq** discutem a aplicação da Lei de Acesso à Informação para fins de investigação de crimes contra os direitos humanos. O Ato Institucional nº 1, editado pelo primeiro governo militar em 1964, e que procura dar respaldo legal à ruptura constitucional promovida pelos militares, é o tema central do artigo de **Mateus Gamba Torres**. Milhares de documentos dão substância aos argumentos das pesquisadoras **Luci Praun e Cláudia Costaem** artigo que revela o esquema de repressão montado no interior da Petrobras durante a ditadura. A minuciosa investigação multidisciplinar coordenada por antropólogos forenses sobre os 1049 conjuntos de esqueletos humanos exumados da vala clandestina do Cemitério de Perus, em 1981, é o objeto do artigo assinado por **Márcia Hattori, Rafael Sousa, Ana Tahuyl e Luana Alberto**. O nosso colega do APESP, **Marcelo Quintanilha**, nos brinda com reflexão primorosa sobre a importância crucial dos chamados arquivos sensíveis para desvendar atos de violação de direitos humanos.

Onze pesquisadores dão seus testemunhos para a seção **Intérpretes do Acervo**, com depoimentos emocionados, lúcidos e certos que descrevem os bastidores dos trabalhos de pesquisa para municiar os relatórios das várias comissões da verdade do estado de São Paulo. Antes da leitura dessa vasta matéria, recomendamos a visita ao texto assinado por **Luís Felipe Foresti**, que nos oferece informações importantes sobre o contexto que serve como objeto das entrevistas realizadas.

A aguerrida e simpática equipe que realiza atendimentos e dá tratamento técnico aos documentos do arquivo do DEOPS é a estrela do nosso **Prata da Casa**.

Por fim, documentos de arquivo muitíssimo peculiares encerram a nossa Revista, com a seção **Arquivo em Imagens**.

É com muito orgulho que expomos aos olhos críticos do público este segundo número da Revista do Arquivo. Esperamos que vocês gostem.

BOA LEITURA!